A Eficiência Da Produção Camponesa No Brasil: Estudo Comparativo[1]

The Efficiency Of Peasant Production In Brazil: A Comparative Survey

La Eficiencia De La Producción Campesina En Brasil: Un Estudio Comparativo

Eliane Tomiasi Paulino

UEL
eliane.tomiasi@uel.br

Rosemeire Aparecida de Almeida

UFMT - Três Lagoas
raaalm@gmail.com

[1] Pesquisa realizada com o apoio financeiro do CNPq e da Fundect/MS.

Resumo: O monopólio da terra no Brasil tem motivado, além da insuficiência de ações políticas específicas à pequena propriedade, senão a ausência delas em determinadas conjunturas sociopolíticas, a disseminação de estigmas que reforçam a tese de ineficiência econômica e incapacidade política de seus sujeitos em construir um projeto de agricultura que contemple não só a soberania, mas também a segurança alimentar. Nesse contexto floresce o ideário de uma agricultura pujante, invariavelmente associada à grande propriedade. Mas os dados analisados nesse trabalho o refutam. Partindo de um recorte territorial em que são perscrutados dois estados, com situação fundiária bastante diversa: o Mato Grosso do Sul, ícone da pecuária extensiva e da grande propriedade, e o Paraná, maior produtor de grãos do Brasil, e também expressão da pequena propriedade, embora a concentração fundiária também esteja presente. Em ambos os casos, verifica-se que são exatamente os pequenos estabelecimentos que melhor respondem aos desafios da produção e geração de renda no campo, a despeito da escassez de terras ao seu dispor.

Palavras chave: Agricultura camponesa; estabelecimentos agropecuários; políticas estratégicas; dados censitários; emprego e renda no campo.

Abstract: The monopoly of land in Brazil has motivated, beyond the insufficiency of specific policy actions for small properties, or even their absence at certain sociopolitical conjunctures, the spread of stigmas that reinforce the thesis of economic inefficiency and political ineptitude of its subjects in building an agricultural project that includes not only sovereignty but food security as well. In this context flourishes the idea of a thriving agriculture, commonly associated to large property. But the analyzed data in the present work refutes it. From a territorial clipping that are scrutinized in two states of very different land tenure: Mato Grosso do Sul, icon of extensive livestock system and large property, and Paraná, the largest grain producer in Brazil and also the expression of small property, though land concentration is also present, it seems that are exactly the small establishments that best meet the challenges of production and income generation in the field, despite the scarcity of land at their disposal.

Keywords: peasant agriculture, agricultural establishments, strategic policies, census data, employment and income in rural areas.

Resumen: El monopolio de la tierra en Brasil ha motivado, además de la insuficiencia de acciones políticas específicas para la pequeña propiedad, sino la ausencia de ellas en determinadas coyunturas sociopolíticas, la diseminación de estigmas que comprueban la tesis de ineficiencia económica e incapacidad política de sus sujetos en construir un proyecto de agricultura que contemple no sólo la soberanía, sino también la seguridad alimentar. En ese contexto florece el ideario de una agricultura pujante, invariablemente asociada a la gran propiedad. Pero los datos analizados en ese trabajo lo refutan. Partiendo de un recorte territorial en que son investigados dos estados, con una situación de la división de tierras bastante diversa: Mato Grosso do Sul, ícono de la pecuaria extensiva y de la gran propiedad y Paraná, el mayor productor de granos del Brasil y también una expresión de la pequeña propiedad, aunque la concentración de tierras también esté presente, se verifica que son exactamente los pequeños establecimientos los que mejor responden a los retos de la producción y generación de renta en el campo, a pesar de la escasez de tierras a su disposición.

Palabras clave: Agricultura campesina; establecimientos agropecuarios; políticas estratégicas; datos censitarios; empleo y renta en el campo.

Introdução

> É preciso inventar novas formas de comunicação entre os pesquisadores e os militantes, ou seja, uma nova divisão do trabalho entre eles. Uma das missões que os pesquisadores podem cumprir, talvez melhor que ninguém, é a luta contra o 'martelamento' da mídia. Ouvimos, durante dias inteiros, frases feitas. Não se pode mais ligar o rádio sem ouvir falar de 'aldeia planetária', de 'mundialização' etc. São palavras que parecem inocentes, mas através das quais, se passa toda uma filosofia, toda uma visão do mundo, que gera o fatalismo e a submissão. (BOURDIEU, 1998, p. 77).

Frente ao discurso ideológico do agronegócio, cada vez mais eficiente politicamente porque cercado pelo aporte midiático, a construção de pesquisas que publicizem a realidade social e produtiva do campo brasileiro é um imperativo, por ser marcada fundamentalmente por milhares de pequenos estabelecimentos**,** cujo núcleo de recriação tem sido a terra, a família e o trabalho.

Nesse início de milênio**,** impressiona a perspicácia com que a mídia vem construindo o consenso a respeito do agronegócio, colocado como produto da grande propriedade capitalista e símbolo da modernidade a brindar o país. Essa blindagem, que visa anular ou colocar no limbo questionamentos, pode ser medida pelo estardalhaço em torno dos números recorrentemente divulgados sobre o setor.

Enaltecem, por exemplo, a economia monocultora-exportadora do que estão chamando de agronegócio - expressão simplificadora e mistificadora - como ponto de equilíbrio do PIB nacional, destacando como grande feito**,** o setor ter exportado em 2010 US$ 76,4 bilhões, superando em 18% o registrado em 2009 (US$ 64,7 bilhões). Para desconstruir esse "martelamento" da mídia, é necessário revelar os cálculos das receitas do agronegócio, que incluem não apenas os produtos do setor primário, mas toda a rede que envolve o chamado mercado agregado, como insumos/produção/indústria de processamento e distribuição. Por outro lado, escondem que são as pequenas unidades que possuem sua lógica fundada na produção, daí sua participação expressiva nos resultados da agricultura, inclusive na pauta do agronegócio (OLIVEIRA, 2003).

O manto de invisibilidade imposto à produção familiar camponesa e o produtivismo forjado para a agricultura capitalista visam, sobretudo, esconder a essência latifundista da grande propriedade, revelada cotidianamente no avanço concentracionista com fins rentistas sobre as terras camponesas, sendo que a eficiência é mais mito do que fato, sustentado na terra farta e no fundo público.

> É uma mentira continuar dizendo que a terra no Brasil é produtiva. Para começar a desvelar essa mentira, é preciso lembrar que se somarmos toda a área com plantio agrícola, ela não chega a 70 milhões de hectares. O Brasil tem 850 milhões de hectares! O INCRA sabe disso e não faz nada. A justiça sabe disso e não faz nada." (OLIVEIRA, 2011).

Setores da agricultura capitalista são responsáveis pela barbárie no campo, expressa na super exploração do trabalho e no passivo ambiental, fruto do modelo "agrário-agrícola" insustentável. Portanto, na essência, a lógica que a move não difere do latifúndio que supostamente deixou de existir, logo que sua base de sustentação continua sendo rentista. Em suma, para acumular, capitalistas do campo se nutrem da renda adicional advinda da apropriação predatória dos bens da natureza, como madeira e fertilidade dos biomas sobre os quais avança vorazmente, sem falar do fundo público, da super exploração do trabalho. Exemplo dessa violência contra a condição humana é o Estado de Mato Grosso do Sul, um dos ícones do agronegócio e também *locus* privilegiado do trabalho escravo, como evidencia o quadro 1. São paradoxos dessa natureza que instigam as análises subsequentes.

Trabalho Escravo 2006			Trabalho Escravo 2007	
Estado	Ocorrências de trabalho escravo	Trabalhadores libertos	Ocorrências de trabalho escravo	Trabalhadores libertos
MS	3	29	13	1.634

Quadro 1: Trabalho Escravo no Mato Grosso do Sul

Fonte: CPT Nacional. Org: Kudlavicz, 2011.

CAMPONESES: SUA PROPRIEDADE TANTO É UMA UNIDADE ECONÔMICA COMO UM LAR

> As mudanças não decorrem apenas do uso de armas, de atores econômicos e disputas políticas, elas se realizam também por meio do constante avanço do conhecimento, porque *a verdade tem uma capacidade revolucionária para transformar sociedades*. (SHANIN, 2008, p. 23. Grifo nosso)

Os camponeses, por apresentarem especificidades no tocante às relações sociais de produção, fruto particular da não separação da figura do proprietário da terra do conjunto da força de trabalho, costumeiramente são reconhecidos nas políticas públicas do governo brasileiro como agricultores familiares, denominação, no mínimo, reducionista, porque focada no econômico em detrimento do modo de vida.

Ao falarmos da eficiência produtiva dos camponeses - a fim de evitarmos um possível reforço deste equívoco economicista - resgatamos os ensinamentos de Shanin (2008) a respeito da centralidade do modo de vida.

> A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades, está a natureza da economia camponesa. (SHANIN, 2008, p. 25-26)

É necessário entender que a potencialidade e superioridade da agricultura familiar camponesa estão intrinsecamente relacionadas com a natureza dessa economia. O desdém a esta premissa tem resultado em projetos impostos aos camponeses, atrelando-se sua viabilidade social-econômica à inserção competitiva no mercado, numa clara evidência da redução das diferenças a parâmetros instituídos pelos e para os capitalistas do campo.

Falar em economia camponesa implica em discutir a economia doméstica que lhe dá conformação. Dito de outra forma, como proprietários da mão de obra e da terra transformada em instrumento de trabalho, os camponeses são capazes de atuar em circuitos econômicos diferentes e, mais, combinar a economia capitalista com a economia doméstica. Porém, é geralmente essa última que usam para se defender das crises, gerando soluções que vão desde a produção de autoconsumo até o trabalho acessório não agrícola.

Por outro lado, tendo como base explicativa a teoria chayanoviana[4], a economia camponesa está assentada em elementos nucleantes, a saber: o balanço trabalho-consumo, o autoconsumo, a reciprocidade, a liberdade, a propriedade e a renda camponesa. Porém, não se trata de reproduzir nas mesmas bases o debate feito por Chayanov para o campo russo do século XIX, mas de recuperar a essência de suas análises acerca do comportamento da economia camponesa e suas possibilidades de interação com a economia mais ampla. Neste quesito, articular na atualidade a análise da pequena unidade de produção com soberania alimentar é resgatar a célebre preocupação chayanoviana com o desenvolvimen-

[1] Esse debate comparece de forma mais aprofundada em Paulino e Almeida (2010).

to futuro da economia camponesa, nos termos de um desenvolvimento para fora articulado com as necessidades da sociedade mais ampla. Para tanto, ao contrário da estatização e cooperação horizontal (coletivização), o autor defendia como caminho organizativo o cooperativismo vertical que potencializado lançaria as bases de um futuro sistema econômico socialista.

> La mala interpretación típica, especialmente de los que citaban a Chayanov de segunda mano, era interpretar su programa como el sueño de un campesinato arcaico: una felecidad extendiéndose hacia el futuro, un 'campesinismo' del que no se pueden extraer remedios prácticos para la agricultura moderna y el cambio en el medio rural. En realidad la idea de la 'cooperación vertical' campesina contemplaba la necesidad de grandes unidades de producción agraria y su crecimiento ulterior conforme avanzara la tecnología. Hasta aceptaba la idea del momento de las 'Fábrica de cereales', en función de la tecnología adecuada. (SHANIN, 1988, p. 151).

Todavia, apesar da importância deste debate acerca das contribuições de Chayanov para pensarmos o campesinato da "porteira para fora", certamente o maior legado foi compreender que os camponeses russos se reproduziam a partir de uma lógica diferente da capitalista, logo a esperança de alternativa que até hoje acompanha este modo de vida.

Em virtude do protagonismo que a agricultura familiar camponesa vem assumindo na atualidade, como parte constituinte de um projeto de soberania alimentar proposto, em especial, pelos movimentos sociais do campo, nos deteremos em pormenores no debate do balanço trabalho-consumo desvendado por Chayanov (1974) por este explicitar, ao mesmo tempo, o equilíbrio e a potencialidade da economia camponesa. Certamente, por esta razão é dos elementos o mais incompreendido e criticado.

Chayanov (1974), ao admitir a heterogeneidade do campesinato**,** elege o balanço trabalho-consumo como o ponto explicativo dessa diversidade. O argumento básico era que a produção camponesa se ampliava ou contraía segundo o número de bocas e braços da unidade de produção. Ou seja, o comportamento produtivo dos camponeses era expressão de mecanismos internos relativos ao (des)equilíbrio da família, em que o padrão de vida e a amplitude das exigências de consumo também figuravam como fatores decisivos para a estrutura da unidade produtiva camponesa.

Portanto, na busca do equilíbrio interno**,** a força de trabalho da família estabelece, tendo em vista a quantidade de terra, capital e consumidores, o nível de intensidade da autoexploração em relação ao grau de satisfação de suas necessidades.

Por conseguinte, por não trabalhar com o princípio capitalista de valorização do capital e, sim, com a análise do balanço trabalho-consumo baseada subjetivamente nas necessidades da família, a parcimônia dos camponeses foi transformada, pelos críticos, no limite que está na base da incredulidade quanto à capacidade produtiva destes.

Como exemplo atual dessa desconfiança**,** assistimos aos reveses do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal. Criado em 2003, o PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo parte constitutiva do programa Fome Zero. Visa, fundamentalmente, a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar pagando-se preços compatíveis com os praticados nos mercados regionais (com dispensa de licitação). Os alimentos são destinados a ações de doação a entidades sociais e assistenciais, bem como a organizações públicas de alimentação, como restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Os produtos também são adquiridos para compor estoques estratégicos do Governo Federal.

Com sete anos de vigência, o PAA que, em tese, apresenta potencialidade para alavancar a produção e comercialização dos camponeses, em especial dos beneficiários da Reforma Agrária, tem se mostrado uma medida tímida e ainda desconhecida da maioria do público considerado preferencial (comunidades tradicionais, indígenas, pescadores, acampados e assentados da Reforma Agrária). Evidência maior é a inconstância dos números acerca dos agricultores familiares beneficiados. Em 2008 foram 168.548, sendo que em 2009 houve redução para 137.185. (BRASIL, 2010).

No período de 2003 a 2010, o programa beneficiou 1.003.180 unidades familiares de

produção, o que representa uma média anual de 143.311 beneficiários (BRASIL, 2010). Estimando a existência, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, de aproximadamente 4,3 milhões de estabelecimentos familiares no Brasil, o alcance do PAA em relação a esse universo, no período de sete anos, foi de 23,3% e anual de 3,3%. O baixo alcance do programa dificulta a superação da invisibilidade que o cerca o que, por sua vez, o coloca em cheque como política pública, esta entendida como medida que atende a demanda social-econômica e altera a situação existente.

Somado a isso, observa-se um modesto orçamento. Analisando o período citado, a média de investimento anual foi de R$ 502,57 milhões, em meio a descontinuidades no movimento de crescimento do volume de recursos, uma vez que em 2007 houve redução de 7,5% em relação ao ano anterior. (BRASIL, 2010).

Comparando estes dados com a política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à agricultura capitalista, não por acaso denominada de agricultura comercial pelos órgãos públicos, temos a dimensão do quanto insignificante tem sido o PAA enquanto medida para minimizar os graves problemas que cercam a produção e a comercialização dos pobres do campo. Por exemplo, no caso do financiamento do BNDES ao setor celulose-papel, observamos que nos últimos dez anos esse setor obteve mais de 9 bilhões de reais em financiamentos, R$ 2,3 bilhões somente em 2006. Para Três Lagoas/MS, em 2009 foram destinados R$ 661.285.900,00 à Fibria, ano em que esta se converteu na maior empresa de papel e celulose do Brasil, em vista da incorporação das ações da Aracruz Celulose pela Votorantin Papel e Celulose, graças ao citado aporte de recursos públicos.

Outro setor agraciado pelo Banco é o sucroalcooleiro. Em Mato Grosso do Sul, uma única empresa, a LCD Bioenergética S/A, do grupo francês Louis Dreyfus, açambarcou R$ 707.534.446,00 em 2008 para a implantação de uma usina no município de Rio Brilhante/MS (BNDES, 2010).

Afora essas discrepâncias que se refletem nos problemas estruturais do PAA, ainda não resolvidos no presente governo, o programa vive uma situação de berlinda, com a promulgação da Lei Federal 11.947, sancionada em junho de 2009, que obriga o uso de pelo menos 30% dos recursos destinados à merenda escolar na aquisição de produtos da agricultura familiar. Arvoram-se administradores municipais, escolares e críticos em geral a ressuscitar a velha desconfiança de que os camponeses são incapazes de produzir em escala compatível com as necessidades da sociedade, presos somente à escala de suas necessidades de recriação familiar, na melhor das hipóteses.

Em termos teóricos, essa questão é falaciosa, quando compreendemos que embora exista o balanço trabalho-consumo a regular a prática produtiva dos camponeses, como anteriormente se fez referência, esse comportamento não é autonomista, fundado em uma racionalidade particular da economia camponesa, como se envolta em outro modo de produção que não o capitalista. Na verdade, os camponeses se inserem no mercado por meio de seu produto e sofrem influências externas na redefinição de suas estratégias de recriação.

Do mesmo modo, é preciso considerar que embora a propriedade camponesa possa se constituir enquanto unidade de consumo (e de autoconsumo), ela não deve ser reduzida à perspectiva da impossibilidade de ganhos, como já demonstrara Chayanov (1974), ao verificar que existe a tendência de ingressos na unidade de produção familiar pelo fato de encontrar-se integrada ao mercado. Porém, essa tendência está limitada pela força de trabalho familiar e pelo cansaço crescente quando há intensificação impelida. Já nos casos em que a alta produtividade do trabalho é possível, a unidade de produção camponesa tenderá a cobrir as necessidades da família e ampliar a renovação de capital. Ou seja, numa situação de renda econômica favorável, a unidade familiar terá um nível de consumo maior; uma melhor condição de formar capital com menor intensidade no uso da força de trabalho. Dessa forma, a apropriação da renda aparece convertida em bem-estar. Assim, ela é responsável por uma reelaboração do equilíbrio entre o esforço exigido para realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades familiares.

Portanto, os problemas do PAA não advêm da incapacidade da pequena unidade de produção em responder a estímulos e riscos produtivos, mas da prática que envolve a polí-

tica agrícola do país. Por décadas seguidas, vivemos a crença de que a grande propriedade é o símbolo de produtividade, sustentáculo ímpar do desenvolvimento da economia brasileira. Voo imaginário, porém materializado em políticas públicas, prova disto tem sido o sucessivo aumento dos recursos destinados à agricultura capitalista por meio dos planos safra do governo federal.

O resultado da priorização à grande propriedade monocultora-exportadora é o desaparelhamento do serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), aliado à desestruturação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para enfrentar os desafios de uma política de soberania alimentar, citando apenas duas peças fundamentais para a consolidação do PAA. Logo, sobram problemas operacionais no campo, como as lacunas de logística, o que encarece o produto, inviabilizando, na maioria das vezes, o preço regional estipulado para aquisição dos alimentos produzidos pelos camponeses. Outra consequência da falta de aportes financeiros do PAA tem sido o engessamento do programa de compra com doação simultânea, uma vez que este estabelece o limite de aquisição de R$ 4.500,00 por agricultor familiar/ano. O que significa para o agricultor uma venda mensal de R$ 375,00 no máximo.

No caso específico dos assentados (parte do público alvo do PAA), a deficiência das políticas públicas complementares à Reforma Agrária cria obstáculos adicionais. Recente pesquisa encomendada pelo MDA evidencia que a insatisfação com a Reforma Agrária, por parte dos beneficiários, atinge níveis elevados. Mato Grosso do Sul é um dos Estados em que a falta de infraestrutura nos projetos de assentamento é gritante.

> Pesquisa do INCRA realizada em assentamentos do Estado [Mato Grosso do Sul] revela, entre outros aspectos, que 24% das famílias contempladas pela reforma agrária no Estado, ainda não contam com o serviço de água encanada em suas residências, índice superior ao nacional, que é de 21%. Mas, mesmo aqueles que contam com a benfeitoria, 28% consideram-na ruim ou péssima, pois a água não fica disponível durante o dia inteiro, índice dez pontos percentuais acima da média dos demais estados. O levantamento, divulgado na última terça-feira, também mostra problemas gravíssimos com infraestrutura, pois 72% consideram as estradas de acesso ruins ou péssimas, e somente 0,47% dos entrevistados disseram que são ótimas. Na média nacional, 58% também entenderam que os acessos são péssimos e ruins. Outro grave problema é que 23% das famílias não contam com energia elétrica e outros 26% disseram que ela não fica disponível durante o ano inteiro. Neste quesito, os índices de MS são praticamente os mesmos do restante do País (CORREIO DO ESTADO, 2010).

Indubitavelmente, para que os camponeses possam produzir comida e atender as demandas do mercado, é fundamental que as condições sejam propícias. Logo, a soberania alimentar que precisamos não pode ser realizada na esteira da transferência de riqueza à sociedade à custa dos baixos preços pagos aos produtos da agricultura camponesa. Pois, como alerta o sábio estudioso do comportamento dos camponeses, eles têm sido a classe subalterna da sociedade, isto é, aquela cuja sociedade vive às expensas (SHANIN, 2008).

A superioridade da pequena unidade de produção em dados

A importância estratégica da desconcentração da terra no Brasil, para além das discussões teóricas que legitimam a histórica defesa pela Reforma Agrária, se confirma quando são observados alguns indicadores agropecuários, como se verá doravante, tendo como referência os dados estatísticos relativos a dois estados que ocupam posição distinta no cenário nacional, quando o assunto é concentração fundiária.

Cabe lembrar que, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na composição do PIB brasileiro, em 2008 o Paraná ocupava a quinta posição, contribuindo com 5,9% da receita nacional. Por sua vez, o Mato Grosso do Sul contribuía com 1,1% do PIB nacional, ocupando a décima sétima posição no *ranking* dos estados, um indicativo de que as dimensões territoriais não estão diretamente relacionadas à pujança econômica, já que o Mato Grosso do Sul tem 35,7 milhões de hectares, área correspondente ao território da Alemanha, enquanto o Paraná tem 19,9 milhões de hectares, ou seja, 56% da área do primeiro.

Como, em regra, a agricultura contribui muito pouco para o PIB, desautorizando uma correlação simplista entre divisas monetárias e área territorial, vale destacar o desempenho específico desse setor em ambos os estados: em 2008, o PIB da agropecuária de Mato Grosso do Sul foi de 2,4 bilhões de reais, ao passo que o do Paraná foi de 7,5 bilhões. Diferença que vem se mantendo ao longo do tempo, tanto que em 2005, ano base dos levantamentos censitários detalhados na sequência, os valores foram de, respectivamente, 1,8 bilhões e 5,9 bilhões de reais (IPEA, 2011).

Um esforço de aproximação permite-nos, de antemão, apontar que o rendimento por unidade de área agrícola, no Paraná, é quase seis vezes maior que o de Mato Grosso do Sul, o que obviamente está relacionado à ocupação produtiva da terra, a despeito de fatores edafoclimáticos e locacionais que interferem no resultado monetário da atividade.

Eis uma razão para um estudo mais aprofundado das variáveis apuradas pelo Censo Agropecuário, a começar pela estrutura fundiária de ambos os estados (gráfico 1). Por questões de ordem metodológica, os dados estão apresentados em classes de área, como o faz o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como referência a categoria estabelecimento, que refere-se à unidade econômica da exploração e que não é sinônimo de propriedade em sentido estrito. Como majoritariamente ambas coincidem, é possível fazer a correlação mútua, associando concentração do uso com concentração da propriedade jurídica da terra.

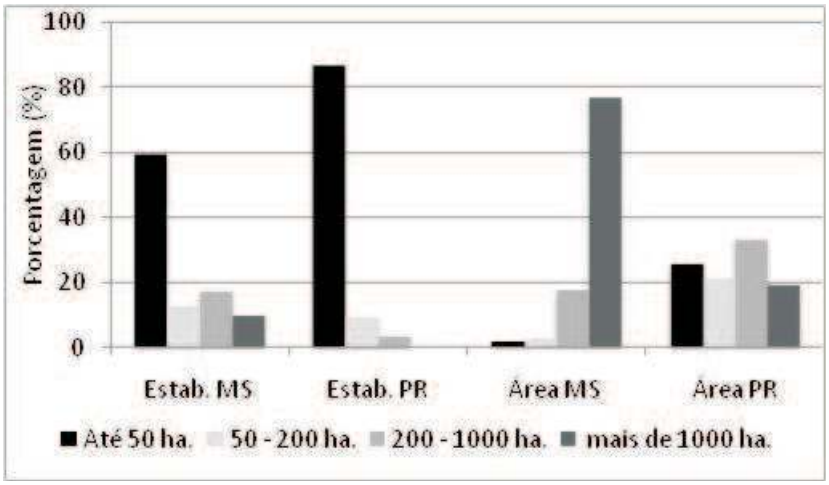


Gráfico 1 – Participação numérica e territorial dos estabelecimentos segundo os estratos de área em Mato Grosso do Sul e Paraná (2006)

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

O gráfico 1 expressa distorções de duas ordens que merecem relevo: a primeira diz respeito à diferença da malha fundiária entre ambos os estados e a segunda refere-se à relação inversamente proporcional entre número de estabelecimentos e área ocupada que, embora muito mais pronunciada no primeiro, também é marcante no segundo. Verifica-se que, em termos numéricos, no Mato Grosso do Sul 58,9% dos estabelecimentos têm até 50 hectares, enquanto que, no Paraná, nesse estrato estão incluídos 84,5% deles. Essa diferença adquire maior significado quando se observa o montante de área controlado por esses estabelecimentos em ambos os estados: em Mato Grosso do Sul, apenas 2,1% das terras pertencem a esse estrato; no Paraná, 25,8% das terras correspondem a estabelecimentos com até 50 hectares.

O gráfico evidencia ainda que, diferentemente do Paraná, no Mato Grosso do Sul há relativo equilíbrio na distribuição numérica dos estabelecimentos segundo os demais estratos de área, fato nem de perto seguido pela respectiva participação fundiária: apenas 2,9%

das terras pertencem ao estrato de 50 a 200 hectares, enquanto 76,9% estão sob controle dos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares. Contraste nefasto, pois todos os estabelecimentos com menos de 200 hectares não controlam mais que 5% das terras sul-mato-grossenses.

Não obstante, esse desempenho supera uma marca histórica ainda mais excludente: comparando-se com o penúltimo Censo Agropecuário (1995/96), verifica-se que a participação das explorações com menos de 50 hectares passou de 45,8% para 58,9% do conjunto dos estabelecimentos agropecuários. Embora esse aumento não tenha sido suficiente para gerar desconcentração fundiária, um saldo positivo deve ser ressaltado, já que são 15.439 estabelecimentos antes inexistentes, nos quais famílias estão vivendo e trabalhando, conseqüência, em grande parte, da luta dos movimentos sociais pela reforma agrária.

Outrossim, poder-se-ia incorrer na tentação de associar democratização da propriedade com o modelo fundiário do Paraná, caso a referência fosse o Mato Grosso do Sul. No entanto, isso não é correto, embora haja uma evidente diferença de escala entre ambos. Como ilustrado no gráfico anterior, 96,3% dos estabelecimentos têm área inferior a 200 hectares e não ultrapassam 47,4% da área total do Estado. Inversamente, 0,3% dos estabelecimentos controlam quase um quinto das terras paranaenses.

Ademais, a dinâmica verificada na última década no campo paranaense merece destaque, posto que, de acordo com os dados de 2006, houve um aumento significativo (3,6%) do número de estabelecimentos nas classes de área de menos 10 hectares, enquanto que, nos dois estratos subsequentes, houve decréscimo: 4,6% dos estabelecimentos, com área entre 10 e 50 hectares, desapareceram, o mesmo ocorrendo para 1,1% daqueles com área de 50 a 100 hectares. Mesmo assim, o aumento numérico dos estabelecimentos com até 10 hectares não foi acompanhado por ganho de área; ao contrário, houve uma redução de 0,2%, que pode indicar uma minifundiarização ainda maior no período.

Fazendo-se uma correlação entre o número de estabelecimentos e a área ocupada pelos que possuem até 100 hectares, verifica-se que no censo anterior eles somavam 92,7%, mas ocupavam apenas 39% da área, desigualdade que se aprofundou ainda mais, pois, em 2006, chegamos à participação numérica de 90,5%, e controle de 36,1% da área agrícola do estado do Paraná.

Por sua vez, a participação dos estabelecimentos com área entre 100 e 1.000 hectares sofreu ligeira redução, passando de 6,9% para 6,8%; contudo, houve aumento da área proporcional correspondente: de 41,1%, passou para 44,6%, num claro movimento de concentração do uso do solo nesse intervalo de área.

Já no estrato com mais de 1.000 hectares estava 20,1% do território paranaense em 1995/96 e sob controle de 0,4% dos estabelecimentos. Em 2006, foi constatada ligeira redução numérica e territorial: passaram a 0,3% do conjunto dos estabelecimentos, ficando com 19,3% das terras do Estado.

Em suma, as unidades de produção menores foram as que mais sofreram o processo de desagregação, vitimadas pela escalada de concentração fundiária que não dá sinais de interrupção. Considerando-se a sua participação no quinhão fundiário do Estado, poder-se-ia afirmar que as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, estatisticamente falando, não foram capazes de barrar a monopolização da terra, manifestada no controle de 52,6% da área por apenas 3,8% dos estabelecimentos.

Sendo assim, é imperioso investigar os desdobramentos da lógica concentracionista, averiguando em que medida essa influencia na geração e na distribuição da renda no campo. A diferença entre o PIB agropecuário do Mato Grosso do Sul e do Paraná é uma referência a sustentar a tese de que se a ociosidade das terras a explica, é a concentração fundiária que a sustenta. Isso pode ser depreendido do gráfico 2, a seguir.

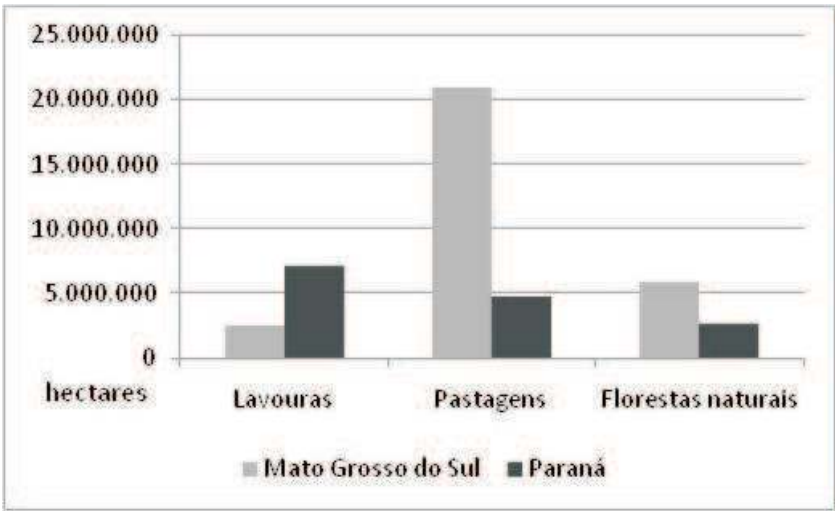


Gráfico 2 – Uso da terra em Mato Grosso do Sul e Paraná

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

O privilegiamento das pastagens é evidente em Mato Grosso do Sul, sendo sua participação de 71,7% da área considerada no gráfico 2, enquanto que nesse Estado a agricultura ocupa tão somente 8,4% das terras, seja em lavouras permanentes, temporárias ou silvicultura. Por sua vez, no Paraná é a agricultura a atividade predominante. Enquanto ela ocorre em 49,3% da área computada, as pastagens ficam com 32,5%. Quanto às florestas naturais, a participação declarada no conjunto é muito próxima: no Paraná, corresponde a 18,2% da área referência no gráfico; em Mato Grosso do Sul, a 19,9%, o que revela uma super estimativa dos proprietários como forma de ocultar o descumprimento da legislação ambiental relativa às áreas de reserva legal e áreas de proteção permanente, já que os estudos pautados em imagens de satélite sobre as áreas remanescentes mostram percentual muito inferior.

Isso por si não seria capaz de explicar o PIB seis vezes menor, proporcionalmente à área agricultável em ambos os estados. Em relação às lavouras, foram identificados 2,5 milhões de hectares no segundo, cerca de um terço do verificado no Paraná. Mesmo que se alegasse que a agricultura é mais intensiva, logo mais rentável que a pecuária, restaria o argumento dos dados: no Mato Grosso do Sul, 21 milhões de hectares foram declarados como área de pastagens, quase cinco vezes o correspondente ao apurado no Paraná, enquanto que os rebanhos, considerando-se os asininos, bovinos, bubalinos, equinos e muares somaram, respectivamente, 20,6 milhões e 10,5 milhões de cabeças, o que corresponde a uma capacidade média de apascentamento de 1 e de 2,2 cabeças por hectare.

Entretanto, como a média é a melhor medida para ocultações, vale destacar que mesmo na pecuária, atividade por excelência da grande propriedade, quando se considera a área proporcionalmente ocupada, os pequenos estabelecimentos são mais eficientes que os grandes. No Mato Grosso do Sul, naqueles com menos de 200 hectares são apascentados 1,5 bovinos por hectare e no Paraná 2,7.

Outro dado correlato é o da produção de leite, sendo visível a baixa produtividade da pecuária sul-mato-grossense, conforme demonstrado pelo Censo de 2006, segundo o qual foram produzidos cerca de 371 milhões de litros, dos quais 89,3% foram provenientes dos estabelecimentos com menos de 200 hectares que, não custa lembrar, ficavam com apenas 5% das terras. Importante destacar, também, que apesar de o levantamento censitário ter identificado a diminuição da produção no Estado, nesse estrato de área foi registrado um aumento de 40,8%, indicativo claro de que qualquer meta de soberania alimentar não se efetivará sem uma política estratégica de fortalecimento da produção camponesa.

Isso se confirma nos dados paranaenses, cuja produção mensurada foi de 1,8 bilhões de litros, sendo 91,3% oriundos dos estabelecimentos com menos de 200 hectares. Nesse

estado chama a atenção o aumento da produtividade na última década, que teve nesse segmento de produtores o seu principal protagonista. Embora o Censo Agropecuário 2006 não discrimine as pastagens entre pecuária leiteira e de corte, é possível inferir que parte da redução de 20,9% da área destinada à criação de gado pelos estabelecimentos de até 200 hectares, inclua a da atividade leiteira, que registrou um aumento de 73,4% na produção no período.

A importância dos menores estabelecimentos na produção leiteira em ambos os estados é absolutamente coerente com a equação entre custos e benefícios da atividade, cuja lógica difere entre a produção capitalista e a produção camponesa. Sabe-se que o princípio básico da pecuária extensiva é a redução ao mínimo dos investimentos, o que poderia parecer um contrassenso, mas não é, uma vez que a grande extensão de terras e a tributação praticamente nula sobre a propriedade rural no país permitem que se compense baixa produtividade com escala. Em outras palavras, não se poderá crer que os baixos rendimentos da grande propriedade decorram da falta de visão empresarial de supostos retrógrados proprietários. Nada menos exato: trata-se da lógica capitalista na mais pura expressão da tradição rentista, amplamente demonstrada por Martins (1994) e Oliveira (2003), dentre outros, visto que a estratégia é a redução do ganho potencial, porém, com a eliminação do risco do negócio.

Nesse aspecto, poucas atividades econômicas equiparam-se à pecuária de corte, que pode ser desenvolvida com gastos parcos. A sua manutenção pode ficar à mercê da natureza, pois as pastagens brotam a cada estação chuvosa e a reposição do plantel é automática, com a procriação dos animais. Essa é a lógica imperante em Mato Grosso do Sul e, menos acentuadamente, no Paraná. Embora as médias, referências nos levantamentos censitários, ocultem esse fato, a ociosidade das terras nesses termos é objeto de legislação específica, que preconiza a desapropriação quando não se obtém índices mínimos de produtividade.

Eis a razão pela qual a cada ameaça de se fazer cumprir a Lei 8.629, de 1993, o setor ruralista mobiliza sua capacidade de atuar nos bastidores do Estado, mantendo-a como letra morta, a exemplo do ocorrido na ruidosa tentativa ocorrida em 2009, quando o então presidente Lula anunciou a atualização que, apesar de extremamente tímida, não veio. De acordo com a referida Lei, é obrigatória a atualização regular dos índices de produtividade, como forma de garantir o cumprimento da função social da terra previsto na Constituição Federal.

A despeito das enormes mudanças técnicas que ocorreram no campo, a referência ainda advém do definido pelo Decreto 84.685, de 6 de maio de 1980, que alterou dispositivos do Estatuto da Terra (1964), estabelecendo o grau de utilização da terra e o grau de eficiência na exploração, com parâmetros baseados no rendimento médio mensurado pelo Censo Agropecuário de 1975. Especificamente em relação à pecuária, foram definidos índices de rendimentos mínimos a partir de um macrozoneamento, conforme quadro a seguir.

Zona de pecuária (ZP)	Índice de lotação (animal por hectare)
1	0,60
2	0,46
3	0,33
4	0,16
5	0,10

Quadro 2 – Índices de rendimento mínimo segundo as Zonas de Pecuária no Brasil

Fonte: Ramos, 2005, p. 62.

Em Mato Grosso do Sul, os maiores índices requeridos correspondem à ZP2, que recaem sobre as messorregiões de Nova Andradina, Dourados e Iguatemi, e os menores sobre as do Baixo Pantanal, Aquidauana e Miranda, onde basta apascentar um (1) animal a cada 10 hectares para estar dentro dos parâmetros de produtividade vigentes.

Por isso, a opção preferencial da grande propriedade é a pecuária de corte, pois a pecuária leiteira impõe necessariamente investimentos em saúde animal, suplementação alimentar e infraestrutura mínima para ordenha e resfriamento, desde a vigência de legislação relativa à qualidade do leite. Tudo isso supõe demanda por mão de obra e é precisamente aí que se poderá entender a importância dos menores estabelecimentos, onde prevalecem as unidades familiares de produção e a necessidade de ocupá-las produtivamente, assim como a terra, nos termos já investigados por Chayanov (1974). No Paraná, havia 1.117.084 pessoas ocupadas no campo, das quais 88,7% estavam nos estabelecimentos com menos de 200 hectares. Em Mato Grosso do Sul, naquele ano a agropecuária empregou quase cinco vezes menos, sendo que das 211.191 pessoas ocupadas, 55,5% trabalhavam nos estabelecimentos com menos de 200 hectares.

Mais uma evidência de que há uma relação inversamente proporcional entre tamanho da propriedade e uso produtivo da terra, ainda que, do ponto de vista técnico, quanto menor a propriedade, maiores as limitações monetárias para aquisição de insumos e maquinários capazes de alavancar os cultivos e, por conseqüência, os rendimentos da atividade. Isso é particularmente evidente na agricultura camponesa, em que as dificuldades materiais crônicas se traduzem em baixa incorporação de insumos capazes de corrigir a fertilidade do solo e conter a ação das pragas, sem falar no tipo de sementes utilizadas, em regra pouco competitivas em relação às melhores disponíveis no mercado. Ainda assim, a relação entre percentual de área ocupada e quantidade colhida é digna de nota, como mostram os gráficos 3 e 4.

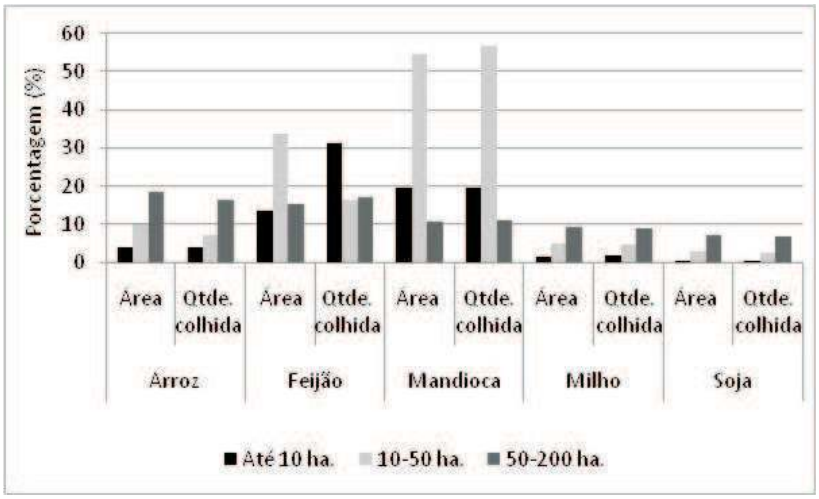


Gráfico 3 – Proporcionalidade entre área cultivada e quantidade colhida segundo estratos de área em Mato Grosso do Sul (2006)

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

A correlação percentual entre área cultivada e quantidade colhida nos menores estratos de área visa chamar a atenção para a capacidade de superação das limitações materiais impostas a tais segmentos para produzir e que, no Mato Grosso do Sul, são severas. Como mostra o gráfico 3, a proporcionalidade entre área cultivada e produção obtida apresenta um certo equilíbrio, o que por si já é paradoxal, porque quanto menores as unidades de produção, mais vulneráveis elas estão.

Em Mato Grosso do Sul, apesar da pequena importância das lavouras na composição do PIB, são os pequenos estabelecimentos que mais produzem, proporcionalmente à área disponível. No caso do arroz, é desse estrato que proveio 27,2% da produção aferida pelo Censo Agropecuário 2006. Isso dispondo apenas de 5% das terras declaradas. Nesse segmento foi produzido também 67,8% do feijão e 87,3% da mandioca. Até mesmo uma parte do milho e da soja, ícones da moderna agricultura capitalista, foi proveniente desse seg-

mento, respectivamente 15,2% e 9,4% do total colhido no ano em questão.

Eis a razão para não associar agronegócio e grande propriedade, pois além de esse incluir atividades extraagropecuárias que, aliás, são as que compõem a parte majoritária da receita contabilizada pelo setor, a pequena propriedade contribui de forma expressiva em sua constituição.

Isso, contudo, não deve servir de alento, pois não atenua as contradições estruturais que emanam da concentração da terra. Do ponto de vista político, há mais de meio século já advertia Prado Júnior (1981) que o pacto político que lhe dá sustentação não poderá ser mudado senão a partir da quebra daquilo que o alimenta: o monopólio fundiário. Isso explica o favorecimento desproporcional ao setor pelo poder público, incluindo-se da concessão generosa de recursos via crédito agrícola à tímida aplicação de sanções previstas pela legislação ambiental.

No Paraná, as estruturas depressoras derivadas do monopólio fundiário são, como já descrito, mais amenas, às quais se credita uma pujança importante quando a referência é o Mato Grosso do Sul, como revela o gráfico 4.

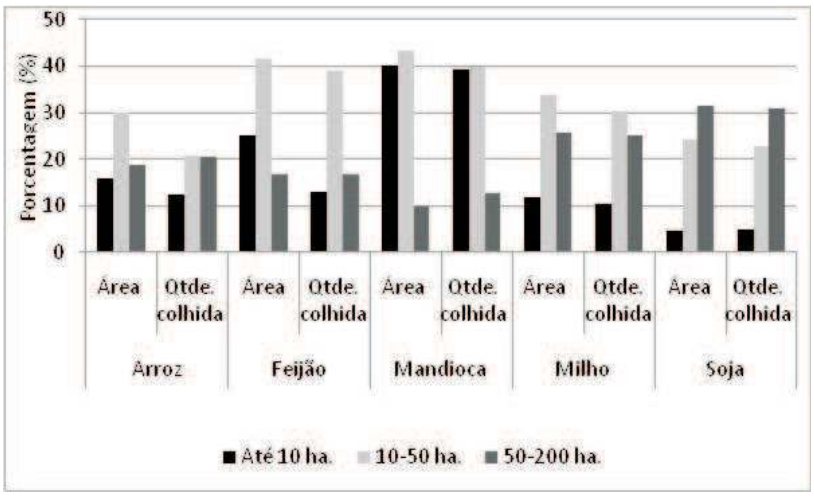


Gráfico 4 – Proporcionalidade entre área cultivada e quantidade colhida segundo estratos de área no Paraná (2006)

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Os dados falam por si. Nesse estado, 53,4% da produção de arroz aferida pelo IBGE em 2006 foi proveniente dos estabelecimentos com até 200 hectares. Quanto ao feijão, a contribuição desse estrato de área foi de 77,8%. Participação muito mais expressiva foi a da mandioca, em que tais estabelecimentos foram responsáveis por 92% da produção. Quanto ao milho e à soja, 65,8% e 58,4% foram, respectivamente, produzidos nos estabelecimentos com até 200 hectares. Tudo isso considerando-se que nesse estrato estão apenas 47,4% das terras.

Para além de indicadores quantitativos, tais dados sinalizam para o modelo de desenvolvimento agrário-agrícola em curso em ambos os estados e, nesse ponto, outro problema parece tomar uma dimensão inquietante. No Paraná, tanto quanto em Mato Grosso do Sul, no intervalo dos dois últimos levantamentos censitários, respectivamente 1995/96 e 2006, houve o aumento considerável da área de lavouras, o que, em princípio, poderia revelar o arrefecimento da ociosidade das terras travestida de baixa produtividade. No primeiro, o aumento das lavouras temporárias foi de 11% e das lavouras permanentes foi de 68,1%; no segundo, a área de lavouras temporárias teve um acréscimo de 48,6%, enquanto que as lavouras permanentes recuaram em 52,7%, o que, em termos absolutos, pouco representa, por envolver apenas 2.215 hectares.

Entretanto, o cruzamento desses dados com os que detalham o uso da terra por produtos das lavouras evidencia a mudança do perfil produtivo em ambos os estados, pois os

alimentos básicos como arroz e feijão sofreram expressiva redução de área, ao lado da expansão das lavouras de escala, notadamente as de soja e milho. Portanto, o aumento da área semeada não significou avanço em termos de soberania alimentar, já que as culturas em expansão são aquelas inseridas no circuito de *commodities*, reguladas pelas benesses públicas à exportação, ainda que o mercado interno absorva parte significativa da produção.

O favorecimento a culturas cuja marca é a mecanização com concentração da produção, que inegavelmente favorecem a agricultura capitalista em virtude da disponibilidade de terras e, com isso, os ganhos de escala com redução proporcional dos custos fixos, pode se constituir em caminho sem volta. Uma vez instaladas as monoculturas, todo um aparato de infraestrutura, processamento e circulação dos insumos e produtos se territorializa, provocando um processo de especialização produtiva que dificulta, senão interdita, a viabilidade econômica de outras lavouras.

Alguns relatos coletados em pesquisas de campo indicaram que a aposta nas principais *commodities* por propriedades pequenas e, às vezes, diminutas, se deu menos por opção do que por necessidade, em vista da impossibilidade de manter culturas cuja demanda por máquinas, serviços e força de trabalho, deixou de ser atendida. Isso ocorreu em virtude da expansão das lavouras mecanizadas, como a da soja, que, no Paraná, teve o maior acréscimo de área colhida no período intercensitário, mais precisamente de 883.126 hectares; seguida pela mandioca, com 120.380 hectares; pelo trigo, com 69.969 hectares; pela cana-de-açúcar, com 67.550 hectares; e pelo milho, com 33.558 hectares. Cumpre salientar que a expansão da cultura da mandioca não se explica pela intensificação do autoconsumo, já que essa cultivar tem presença obrigatória entre os camponeses, mas sim pela produção de matéria-prima às indústrias multinacionais que se instalaram no noroeste do estado, às quais impuseram um processo de monopolização que redundou em grande depreciação do preço ao produtor e, ao mesmo tempo, a falência da maioria das farinheiras locais.

Eis a razão para se apostar em políticas de fortalecimento da policultura, pois além do estoque alimentar estratégico do qual uma nação autônoma não pode prescindir, a dependência estrita com um produto comercial pode significar o fim dos estabelecimentos agrícolas que não têm escala capaz de prover uma reserva para os anos difíceis. O caso do tubérculo é um bom exemplo, já que muitos camponeses tiveram que abdicar da colheita nas ocasiões em que o preço pago pelas indústrias chegou a ser inferior ao custo de colheita e transporte.

Aos que dispunham de produção diversificada, as crises sempre puderam ser contornadas, até porque a mandioca industrial pode permanecer na terra por longos períodos. De qualquer modo, esse grau de precarização na relação com o mercado é o que melhor poderá explicar a redução de cultivos não nobres como o são o de alimentos básicos. Expressão maior da incoerência de um país que optou por premiar a exportação de cereais, carnes e demais bens primários, que são competitivos no mercado internacional, porque incorporam riqueza social direta, na forma de aviltamento salarial, e indireta, na forma de isenção de impostos desde a sanção da Lei Complementar 87, de 06 de setembro de 1996, além do saque às gerações futuras, pela forma predatória como é desenvolvida, com erosão dos solos, envenenamento das águas e extermínio da biodiversidade.

Nada que possa ser justificado por erros de estratégia, por se tratar de uma opção de classe que, por meio do monopólio fundiário, conserva as rédeas do país e o mantém no jogo geopolítico como fornecedor de matérias-primas baratas e consumidor de bens com valor agregado, como demonstrado por Paulino e Almeida (2010).

Não por acaso, somente no Paraná na última década, perdeu-se 207.167 hectares destinados ao plantio de arroz e feijão, para ficar somente nesses exemplos, o que representa a redução de 70,3% da área cultivada com o primeiro e 31,8% da área cultivada com o segundo. Tudo coerente com a lógica de exportar para importar (Oliveira, 2003), expondo a população à permanente instabilidade instaurada pelos mercadores globais, cuja avidez por lucros provoca desajustes na oferta e, com isso, aumento nos preços de determinados alimentos, situação que vem sendo recorrente nos últimos anos.

O rompimento desse círculo vicioso passa pela mobilização da sociedade por soberania alimentar e, portanto, pela inversão das políticas agrícolas/agrárias em curso no país. Para isso, é necessário buscar respaldo nos dados que evidenciam as potencialidades da produção camponesa, tão depreciada no discurso hegemônico, que disso se vale para a manutenção do *status quo*. Assim, a versão dos fatos por meio dos dados deve falar por si: ao se fazer a correlação entre financiamentos obtidos pelos pequenos e grandes estabelecimentos e valor da produção correspondente, revela-se uma situação paradoxal, conforme expresso nos gráficos 5 e 6.

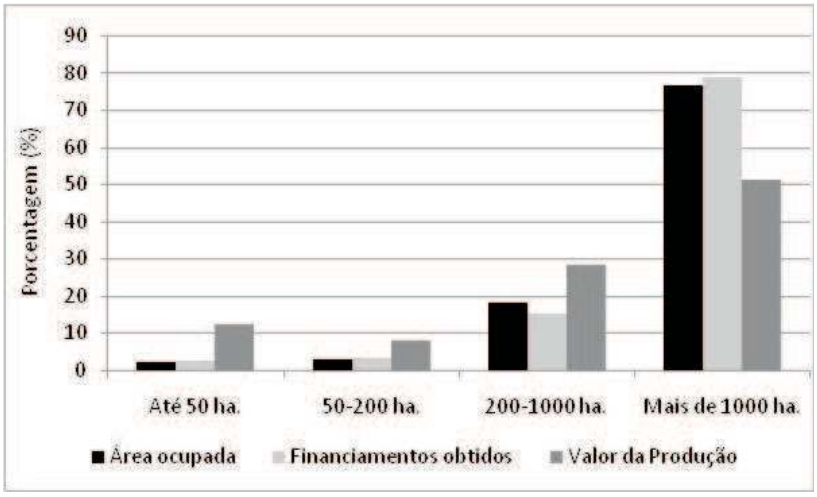


Gráfico 5 – Fomento e receita segundo os estratos de área em Mato Grosso do Sul (2006)

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Os dados sobre o valor dos financiamentos revelam como as políticas de crédito são extremamente desiguais e favorecem os que têm maior poder econômico e, portanto, de barganha junto aos poderes públicos responsáveis pela provisão e distribuição de recursos públicos para a agropecuária.

Os estabelecimentos do estrato superior de área açambarcaram 79% dos recursos em 2006 e responderam por 51,2% do valor total da produção agropecuária, numa clara demonstração de subtração da capacidade potencial de gerar riquezas ante os valores concedidos pelo tesouro nacional. Por sua vez, os estabelecimentos do menor estrato de área acessaram apenas 2,5% do dinheiro concedido em financiamento, mas responderam por 12,2% do valor total da produção agropecuária.

Nesse ano, os estabelecimentos do Mato Grosso do Sul com até 50 hectares multiplicaram por aproximadamente 10 vezes o montante que lhes foi concedido em crédito, porque tiveram ao seu dispor R$ 45.606.000,00, mas responderam com R$ 434.460.000,00 em valor da produção agropecuária. Por sua vez, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares foram quase nove vezes menos eficientes que esses, já que obtiveram R$ 1.472.448,00 em financiamentos e tão somente R$ 1.826.344,00 no valor da produção correspondente. Mais um dado do IBGE a confirmar a eficiência da pequena unidade de produção em relação ao grande estabelecimento. No Paraná, esta eficiência igualmente pode ser vislumbrada, embora em escala menor, pelo próprio diferencial do estado aqui destacado. (Gráfico 6).

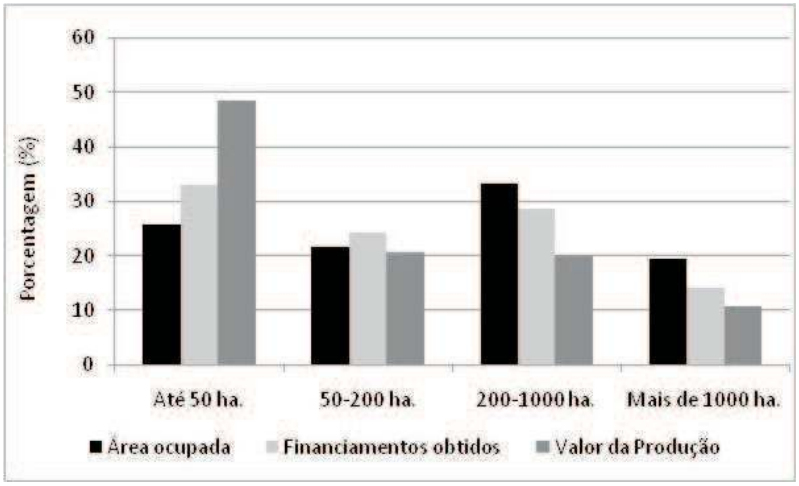


Gráfico 6 – Fomento e receita segundo os estratos de área no Paraná (2006)

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Neste debate em que se evidencia a eficiência da pequena unidade de produção, é imperativo esclarecer que não estamos defendendo a concepção de que, quanto menor, mais produtivo. Daí poderia derivar ideias de que, por exemplo, a minifundiarização é positiva, que poderia culminar na defesa na Reforma Agrária de projetos como o "Sócio Proprietário" implantado em Mato Grosso do Sul, em que é destinada à família assentada 12 ha - entre área individual e coletiva - à exemplo do assentamento Alecrim em Sevíria/MS.

No sentido de afastar tais equívocos, bem serve o alerta de Shanin acerca da interpretação do pensamento de Chayanov.

> Fuera de sus *Viajes con mi hermano Alexis* (novela corta que el mismo definió como una 'utopía campesina'), no había ningún mensaje de 'lo pequeño es bello' en Chayanov, sólo una fuerte objeción a la hipótesis imperante en aquel momento de que 'cuando más grande, necesariamente será más eficaz' [...]. (SHANIN, 1988, p. 151).

Portanto, o que se objetiva neste texto é afirmar que em comparação com o grande estabelecimento, a pequena unidade de produção é mais eficiente, autorizando a correlação entre camponeses e soberania alimentar. O que, por sua vez, implica na necessária revisão da política agrícola brasileira no sentido de que a agricultura familiar camponesa seja considerada setor prioritário para os investimentos públicos.

Inclusive muito se fala sobre a necessidade de o Estado aprofundar as políticas de fomento à agricultura e pouco se discute sobre a lógica de distribuição dos recursos que são efetivamente disponibilizados. Como mostram os dados relativos ao Paraná em 2006, os estabelecimentos com até 50 hectares ficaram com 32,9% dos recursos, um dado díspar em relação à sua contribuição efetiva, já que participaram com 48,4% do valor da produção, tudo isso dispondo de apenas 25,8% das terras. Por sua vez, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, que contribuíram com somente 10,8% do montante arrecadado pela agropecuária, açambarcaram 14,2% do crédito.

Em síntese, esses dados evidenciam a eficiência desproporcional da pequena propriedade, por mais que sobre ela pesem as restrições monetárias e técnicas que corroem sua incomparável potencialidade de gerar riquezas. Inversamente, a correlação entre ineficiência e área projeta precisamente a maior propriedade, o que redunda em menores retornos à economia e, por conseqüência, à sociedade.

Não obstante, esses dados são reveladores do círculo virtuoso que a desconcentração da malha fundiária pode provocar, e que se revela no tamanho do PIB agrícola e na posição de celeiro do país mantida pelo estado do Paraná. Isso mostra o quão legítima é a luta pela limitação do tamanho da propriedade no país e reafirma a necessidade de se promover a reforma agrária.

Considerações finais

Apesar dos riscos que a opção por privilegiar números em uma reflexão dessa natureza possa conter, até pela imprecisão dos dados oficiais disponíveis, entendeu-se que ela pode somar, em virtude da pouca atenção dada ao que consideramos o maior problema estrutural do país, qual seja, a monopolização da terra. Ao se estabelecer as correlações que os levantamentos censitários oportunizam, busca-se disponibilizar à sociedade uma versão do problema agrário que transcende o recital padrão, no qual invariavelmente se evocam características pedológicas e topográficas, intempéries climáticas e problemas de infraestrutura viária e portuária, para sensibilizar a todos sobre as dificuldades da agropecuária, logo da necessidade de se aumentar o aporte de recursos públicos para o setor.

Não se quer aqui negar a peculiaridade da atividade, que impõe políticas públicas diferenciadas em relação aos demais setores da economia, mas assinalar que, ao generalizar e, ao mesmo tempo, calar sobre as diferenças de classe que marcam o campo, corre-se o risco de considerar legítimo o *lobby* da bancada ruralista pela anulação da legislação ambiental, para não falar da assimetria da política de créditos agrícolas vigentes no país. Nos oito anos do governo Lula, apesar do respeitável aporte ocorrido durante sua gestão, os recursos aos camponeses jamais ultrapassaram a sexta parte do volume destinado à agricultura capitalista.

E os ruralistas continuam a trabalhar nos bastidores pela transferência à sociedade dos passivos ambientais provocados pela exploração predatória, da qual poucos se beneficiaram, e continuam se beneficiando, porque a incorporação de áreas com vegetação nativa segue voraz, inclusive as protegidas. Clara demonstração de que, por ora, não está colocada a possibilidade de responsabilização penal ou civil que imponha a recuperação do que está sendo devastado e a manutenção do que ainda resta. Trata-se, pois, de burlar a lei enquanto é possível, daí o ritmo da destruição verificado, para modificá-la ou flexibilizá-la até que todos os conflitos entre interesses hegemônicos sejam acomodados.

Se nem mesmo a célere incorporação de terras virgens, afora o crédito barato e os domínios territoriais extensos, não tem feito a diferença para a agricultura capitalista, é de se supor que uma inversão nas ações estratégicas para o campo, proporcionaria uma resposta infinitamente mais positiva, caso fossem privilegiados os pequenos proprietários, em regra, camponeses.

Obviamente, não se trata apenas de aumentar os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ainda que isso seja imperioso, mas, também, de ampliar o Programa de Aquisição de Alimentos, que pode remover um dos principais obstáculos da produção camponesa, que é a possibilidade de fazê-la chegar aos consumidores, coisa que o mercado não faz quando não há escala combinada com demanda potencial, garantias de que serão auferidas as taxas médias de lucro e a renda fundiária.

Quanto mais extensos os domínios da grande propriedade, mais evidentes são esses empecilhos, portanto maior a premência de ação do poder público, aqui entendida não apenas como transitória, conjuntural, mas fundamentalmente como ingrediente de uma mudança estrutural nas formas de acesso ao fundo público, bem como das terras. Só assim, eliminar-se-ia as distorções profundas que marcam o campo brasileiro: incrementando-se a capacidade de produzir dos camponeses, dinamizar-se-ia até os mais remotos rincões. Os desdobramentos da distribuição de renda que lhe é inerente, seria o diferencial para as economias locais onde o capital não chega ou a riqueza gerada não fica.

A relação de poder que emana da terra monopolizada em poucas e privilegiadas mãos, exerceu e exerce papel predominante nas estruturas políticas do país, logo sua funcionalidade é menos econômica que política. As taxas crescentes de urbanização e o avanço da base técnica da agropecuária convivem vis-à-vis com o cercamento da terra como fonte de dominação e miséria. A expressão maior está na super exploração do trabalho e na perpetuação de práticas análogas à da escravidão, bem como na favelização que guarda estreita relação com a expulsão em massa do campo.

O adiamento da democratização da terra é a garantia de permanência de um ordenamento territorial característico, em que dialeticamente a forma alimenta o conteúdo que, por sua vez, a sedimenta. Dinâmica perversa à agricultura camponesa, que se depara com um obstáculo extra: a fragilidade das redes sociais e econômicas que lhes são vitais. Em outras palavras, a grande propriedade, independentemente dos índices de produtividade, concentra consumo e produção por uma questão de escala. A sua circulação fundamentalmente não necessita dos mercados locais e, às vezes, até regionais. Em regra, os insumos e os produtos não circulam na hinterlândia que dá suporte e, ao mesmo tempo, não pode prescindir do setor primário, fato comum à maioria dos municípios brasileiros.

Um simples olhar num mapa o revela: frágil rede urbana, esparsas redes viárias, tornando difícil a realização do ciclo M-D-M, na clássica fórmula da economia simples, em que se produz mercadorias para vendê-las e assim obter dinheiro para comprar outras de que se necessita. Isso sem falar no isolamento de sujeitos que historicamente se recriam a partir de estratégias de sociabilidade em que a produção econômica e a reprodução social são indissociáveis. Não por acaso, a eficiência produtiva dos pequenos estabelecimentos em Mato Grosso do Sul, é menor que a dos camponeses do Paraná, mesmo desconsiderando-se fatores edafoclimáticos e outros a lhes favorecer.

> Questões que, esperamos, alimentem o debate e a esperança no devir ...
> que se constrói hoje.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos*. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL- BNDES. *Plataforma BNDES*. Disponível em: <http://www.plataformabndes.org.br/ mapas?>. Acesso em: 15 jun. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. *Programa de Aquisição de Alimentos*. 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/ saladeimprensa/ eventos/seguranca-alimentar-e-nutricional/iii-seminario-nacional-do-paa/sobre-o-evento/arquivo/CADERNO%20DE%20TEXTO_baixa.pdf.> Acesso em: 16 fev. 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil 2007.* Goiânia: Loyola, 2007.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina.* Bueno Aires: Nueva Visión, 1974.

CORREIO DO ESTADO. *Pesquisa mostra insatisfação de 24% das famílias de assentados em MS*. Disponível em: <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/ pesquisa-mostra-insatisfacao-de-24-das-familias-de-assentado_92448>. Acesso em: 26 dez. 2010.

GUZMÁN, Eduardo S.; MOLINA, Manuel G. de. *Sobre a evolução do conceito de campesinato.* São Paulo: Expressão Popular, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário*. Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1995/6.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário*. Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário*. Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1995/6.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário*. Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Indicadores IBGE*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/ indicadores/pib/pib-vol-val_201003 caderno.pdf >. Acesso em: 08 fev. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. *Ipeadata*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1976304049&Tick=

1297900222959&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%281410842077%29&Mod=R>. Acesso em: 09 fev. 2011.
KUDLAVICZ, Mieceslau. *Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.
MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.
MATO GROSSO DO SUL. Produto Interno Bruto. Disponível em: <http://www.semac. ms.gov.br/controle/ShowFile.php?id=72637>. Acesso em: 08 fev. 2011.
OLIVEIRA, Ariovaldo U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Terra Livre*, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul/dez. 2003.
OLIVEIRA, Ariovaldo U. *É uma mentira dizer que no Brasil a terra é produtiva*. Entrevista Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=29&task=detalhe&id=39669>. Acesso em: 11 jan. 2011.
PARANÁ. Produto Interno Bruto. Disponível em: http://www.cidadao.pr.gov.br/ modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=141. Acesso em: 08 fev. 2011.
PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosemeire A. *Terra e território*: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
RAMOS, Pedro. *Índices de rendimento da agropecuária brasileira*. Brasília: MDA, 2005. Disponível em: <http://webiica.iica.ac.cr/bibliotecas/repiica/B0618P/B0618P. PDF>. Acesso em: 10 fev. 2011.
SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO. Eliane T.; FABRINI, João E. (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-47.
SHANIN, Teodor. El mensaje de Chayanov: aclaraciones, faltas de comprensión y la 'teoria del desarrollo' contemporanea. *Agricultura y Sociedad*, n. 48, julio-septiembre, 1988.